

GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho baseia-se nos conceitos de Governança, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável. O intuito da combinação destes conceitos volta-se para os desafios encontrados na caminhada para operacionalização de estratégias e práticas sustentáveis, que vem sendo discutidas por diversos países do mundo, haja visto o interesse em comum e a complexidade dos temas (GONÇALVES, 2005; DALLABRIDA, 2011; RASCHE, 2009).

Entre os desafios, destacam-se a necessidade de se garantir a continuidade dos recursos para as gerações futuras, o zelo pelos recursos naturais do planeta, pela manutenção do clima e sobretudo para a minimização de impactos causados por práticas humanas insustentáveis (MOONEY; DURAIAPPAH; LARIGAUDERIE, 2013). Nesse sentido, o processo de tomada de decisão dos gestores públicos, privado e da sociedade precisa passar por uma reconfiguração e se desprender do tradicional, pois só assim haverá a desejada mudança (GONÇALVES 2005).

Reagindo a necessária mudança global, surge o conceito de governança que é capaz de estabelecer a ponte para o desenvolvimento de maneira sustentável, mitigando impactos negativos no ambiente, zelando pela manutenção da sociedade e da economia. Entretanto, a principal crítica a teoria da governança, está na dificuldade de operacionalização das estratégias em face aos múltiplos agentes envolvidos, para os quais denomina-se stakeholders (PIKETTY *et al.*, 2015; ARMITAGE, 2009).

Em resposta à complexidade enfrentada pela teoria da governança para operacionalizar os múltiplos pontos de vista dos stakeholders, integra-se nesse estudo, o modelo de cogestão adaptativa de Armitage (2009), com isso, pretende-se superar as lacunas encontradas para se diminuir a subjetividade na avaliação de projetos com vistas ao desenvolvimento sustentável.

A pergunta que motivou este estudo foi quais as possíveis aplicações e impactos da governança para o desenvolvimento sustentável na Amazônia? Para responder foi traçado como objetivo geral deste estudo, analisar a produção científica sobre governança para o desenvolvimento sustentável na Amazônia em periódicos classificados pela CAPES a partir de uma revisão sistemática da literatura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresenta-se nesta etapa do estudo uma breve discussão dos conceitos de “Governança” e “Desenvolvimento Sustentável” no contexto amazônico, buscando enfatizar a importância da compreensão e relação desses termos.

2.1 Governança no Brasil e na Amazônia

O surgimento da palavra “governance” inferido a partir de Diniz (1995) apud Gonçalves (2005), surge a partir de reflexões conduzidas pelo Banco Mundial com vistas a aprofundar o conhecimento das condições que garantem um estado mais eficiente. Além disso, o foco estaria para as implicações econômicas das ações estatais para uma visão que envolvesse as dimensões sociais e políticas públicas, dessa forma, a capacidade governativa não estaria sendo avaliada não só pelos resultados de políticas governamentais, mais também na forma pela qual o governo exerce seu poder.

Para Gonçalves (2005) a definição de governança trata-se dos meios e processos capazes de produzir resultados eficazes, sem necessariamente utilizar-se de coerção, sendo esta portanto a boa governança e sua ausência entendida como a má governança.

Sob essa perspectiva, a concepção de governança pode ser desdobrada em níveis governança global, nacional e territorial, envolvendo ações ou iniciativas determinantes da capacidade de uma sociedade organizada territorialmente sobre assuntos públicos a partir da relação cooperativa de atores sociais, econômicos e institucionais, incluindo-se o Estado como ator institucional e suas unidades federativas: União, estados e municípios (DALLABRIDA, 2011).

O Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) foi a maior iniciativa global de sustentabilidade corporativa, consiste em dez princípios em quatro grandes áreas sendo elas: Direitos humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. O objetivo é também ajudar as empresas em seus compromissos de sustentabilidade. No entanto, algumas lacunas importantes foram relatadas sobre como o Pacto Global da ONU delinea e desconstrói os princípios-chave de sustentabilidade corporativa com alcance global, todavia, não oferece um código de conduta vinculativo com critérios de desempenho explícitos que passíveis de monitoramento (RASCHE, 2009).

A governança no contexto nacional perde a sua natureza prescritiva, onde é estabelecido como condições necessárias para resolver problemas sociais e principalmente econômicos, e passa agora a assumir um novo papel: é agora um exercício que envolve Estados, a sociedade civil e o setor empresarial (GONÇALVES, 2011).

O primeiro e o segundo Plano de Ação Federal para Prevenir e Controlar o desmatamento na Amazônia (PPCDAM I e II), implantado entre os anos de 2004 e 2011, aumentou a capacidade nacional de fiscalização, com base no programa de detecção de desmatamento em tempo real (DETER) implementado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O meio ambiente nacional órgão de fiscalização (IBAMA) divulgou operações como o confisco de grandes volumes de toras ou cabeças de gado, maior controle em municípios com maior taxa de desmatamento e propriedades embargadas com desmatamento ilegal (ARIMA *et al.* 2014).

Em nível nacional, verifica-se que há um aumento no que diz respeito da capacidade de aplicação da lei penal e como consequência as indústrias passaram a monitorar os impactos de seus fornecedores. No nível municipal surgem algumas iniciativas, como é o caso do Município Verde, com o objetivo de eliminar o desmatamento e apoiar as cadeias de abastecimento verdes em nível territorial (PIKETTY *et al.*, 2015).

Piketty *et al.* (2015) propuseram uma abordagem de governança com enfoque territorial na região do Pará, o estudo parte da análise biofísica e informações qualitativas coletadas em entrevistas com as principais partes interessadas, nesse caso os stakeholders, agentes públicos privados da cadeia de commodities que operam na região. Verificaram que o esquema de governança fundiária é emergente e não é capaz de promover intensificação do uso da terra em grande escala, portanto propuseram um mecanismo de governança que adota um enfoque territorial mais amplo como forma de avançar sob questões de reflorestamento e reabilitação de terras degradadas.

Para falar sobre a Governança na Amazônia Brasileira (GAB), é necessário que primeiro seja caracterizado esse bioma. A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, abriga uma enorme biodiversidade e detém a maior bacia hidrográfica. São em torno de 7 milhões de quilômetros quadrados, abrangendo 7 estados brasileiros e 5 países da América Latina. 60% da bacia amazônica está situada no Brasil, suas margens habitam cerca de 4 milhões de pessoas, distribuídas em indígenas, ribeirinhos e quilombolas (WOOD; MORAIS, 2020).

Buscando soluções para impactos negativos decorrentes de grandes obras realizadas na Amazônia, Wood e Moraes (2020) articularam um projeto denominado “Grandes Obras na

Amazônia”, o ponto de início foi a análise de grandes obras realizadas na Amazonia brasileira, sendo: Planta de Mineração em Juruti no Pará, Hidrelétrica de Jirau, Rio Madeira em Rondônia e Hidrelétrica de Belo Monte no Pará. Ao avaliar essas experiências os autores concluíram que havia 3 principais problemas.

I – Existia grande desconexão entre o planejamento e a implantação dos projetos, considerando as demandas sociais locais;

II – Não havia mecanismos para consolidar boas práticas e aprendizados relacionados à gestão do desenvolvimento local, ou seja, além de práticas e aprendizados escassos, quando presentes, não era sistematizado para uso futuro.

Os objetivos de Wood e Moraes (2020) voltava-se para a solucionar impactos negativos provocados por grandes empreendimentos, evitar impactos socioambientais e criar um guia de melhores práticas para reduzir tais impactos. Os objetivos foram alcançados e um guia de diretrizes foi lançado considerando a) planejamento e ordenamento territorial, b) capacidades institucionais, c) instrumentos financeiros, d) direitos humanos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, e) direitos humanos das crianças, adolescentes e mulheres e f) supressão vegetal autorizada.

Em síntese, o guia de diretrizes é apoiado no pensamento sistêmico onde a governança se faz necessária para o efetivo desenvolvimento sustentável. Entre os benefícios das diretrizes, verificou-se que do ponto de vista empresarial, há contribuição para aumento da previsibilidade e redução de riscos. Do ponto de risco social, efetiva contribuição para a proteção e desenvolvimento das populações, em especial os indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Já para o ambiente, o aperfeiçoamento da gestão compartilhada dos recursos naturais.

2.2 Desenvolvimento Sustentável no Brasil e na Amazônia

Esforços para desenvolver uma compreensão global do funcionamento da Terra como um sistema, iniciaram em meados da década de 1980. Este esforço necessitou conectar conhecimento dos reinos físico e biológico. As motivações foram o crescente impacto dos humanos no sistema terrestre e a necessidade de fornecer soluções. Os impedimentos à integração eram muitos, mas vão gradativamente sendo superados, o que pode ser visto em muitas tendências para avaliação, como a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistemas, bem como programas de ciência básica e aplicada.(MOONEY; DURAIAPPAH; LARIGAUDERIE, 2013).

A comunidade científica tem sido demasiadamente importante para os avanços DSG, uma vez que as discussões iniciais estavam concentradas mais sob o aspecto da sustentabilidade, os seja, envolvia apenas as ciências da terra e com o tempo, passam a incluir os pontos de vista que juntos compõem os três pilares do DS, sendo o Econômico, Social e o Ambiental Fuchs (2017) Ziegler e Ott (2021). Ao considerar esses pilares, a comunidade as discussões internacionais avançaram de maneira mais estratégica, pois o conhecimento compilado pôde ser desdobrado em Objetivos e Metas para formulação de políticas públicas e projetos por cada soberania nacional.

A estratégia mundial desdobrada após a conferência mundial do Rio+20 com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que contém 17 objetivos abrangendo uma compreensão de sustentabilidade multidimensional por contemplar as necessidades Social, Ambiental e Econômica. Contudo, verifica-se que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) baseiam-se a partir de uma compreensão multidimensional dos conceitos das ciências da sustentabilidade e social, considerando sistemicamente economia e ambiente. Entretanto Fuchs (2017) chama atenção para características problemáticas de todos os documentos de política mencionados:

- I) Comunicação e cultura não são mencionadas como domínios da sustentabilidade (exceto para educação);

- II) Classe e capitalismo não são mencionados uma única vez como problemas negativamente impactando a sustentabilidade.

Além dos pontos mencionados pelo autor, os ODS apresentam lacunas no que se refere ao DS no ambiente amazônico, dada a complexidade da região que é sobretudo singular conforme abordado por Silva *et al.* (2013).

3 METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como uma revisão sistemática que buscou apresentar a revisão e análise crítica acerca da temática da governança e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Esse método busca reunir e sintetizar resultados de estudos sobre um delimitado tema (s) ou questão (ões). Descreve-se a metodologia adotada nesta pesquisa com base em seus objetivos, sendo classificada por sua natureza descritiva, que segundo Gil (2002), descreve as características de determinado fenômeno.

São inúmeros os métodos para a condução de revisões sistemática, contudo, com alguns padrões a serem seguidos. Neste estudo, utilizaram-se seis etapas: identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão sistemática, estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/ amostragem ou busca na literatura, definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos, avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa, interpretação dos resultados e apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

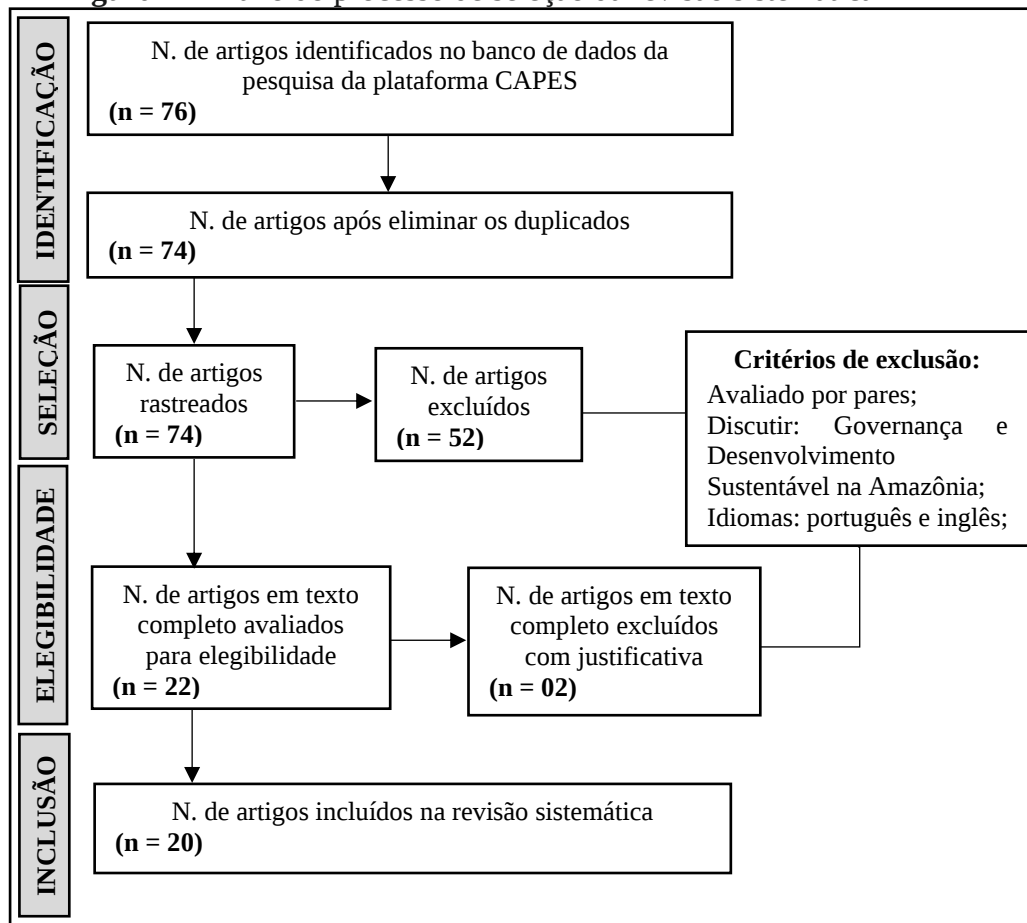
A busca foi realizada de forma online, entre os meses de junho e julho de 2021, utilizando-se os bancos de dados da plataforma CAPES, utilizando-se as palavras-chave (filtro) “governança”, “desenvolvimento sustentável” e “Amazônia”. A escolha da plataforma CAPES foi motivada pelo amplo banco de dados disponível e por ter uma classificação de cada periódico.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: artigos originais disponibilizados na íntegra e na forma online publicados em periódicos, publicados no idioma português no período compreendido entre os anos de 2007 e 2021. Como critérios de exclusão foi estabelecido artigos de pesquisa bibliográfica e de reflexão, teses, dissertações e artigos repetidos em diferentes bases de dados.

A seleção dos artigos utilizou os critérios de inclusão e exclusão mediante três testes de relevância. No Teste de Relevância 1, considerou-se as palavras-chaves, período de publicação dos estudos e o idioma português. No Teste 2, foram selecionadas as produções considerando-se o título e/ou resumo, respondendo à adequação ao tema de interesse, excluindo-se as produções conforme critérios de exclusão. No Teste 3, avaliaram-se os estudos na íntegra, mediante as questões anteriores e ainda os demais critérios de inclusão e exclusão, assim como a avaliação da relação existente com o tema e o objeto de estudo (Amazônia).

A Figura 1 apresenta o fluxo do processo de identificação e seleção dos artigos para revisão sistemática, com base no fluxograma PRISMA (MOHER, 2015) a partir dos achados encontrados na busca.

Figura 1 – Fluxo do processo de seleção da revisão sistemática



Fonte: Elaborado a partir do modelo de Moher *et al.* (2015)

A revisão sistemática realizada após aplicação dos critérios de exclusão, resultou ao final em 20 artigos, os quais passaram a compor o corpus de análise deste estudo, onde foram verificadas as aplicações realizadas e sugeridas bem como os impactos de cada uma dessas produções científicas.

As informações relevantes das publicações selecionadas foram extraídas e sumarizadas na Tabela 1, denominado “Identificação e descrição do conteúdo dos artigos”. Os resultados serão apresentados e discutidos na seguinte ordem: nome do artigo, autor e ano de publicação, periódico, aplicação sugerida, impactos potenciais da pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES

A busca realizada na plataforma CAPES resultou em um total de 76 estudos, utilizou-se como palavras-chave “Governança” e “Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”. No primeiro teste de relevância chegou-se a um resultado de 64 estudos, após exclusão dos duplicados e aplicação do filtro “revisado por pares. No segundo teste, o resultado foi de apenas 20 estudos, estados os demais descaracterizados por não discutirem a temática Governança para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.

Quadro 1 – Número de estudos selecionados utilizando os descritores “Governança e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia

Palavras-chave “Governança” e “Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”.		
Total Encontrado	Teste de Relevância 1	Teste Relevância 2
76	64	20

Fonte: Dados da pesquisa.

A primeira constatação foi quanto a diversidade de periódicos em que estes estudos encontram-se publicados, onde foram identificados 15 revistas diferentes, elencadas na Tabela 1, onde foi possível verificar que o maior percentual de publicação correspondeu aos periódicos “Ambiente & Sociedade” e “Sociedade e Estado”, o primeiro com percentual correspondente à 20% em face ao total analisado e o segundo com 15%.

Tabela 1 – Relação de Periódicos, Ano de Publicação e Quantidade

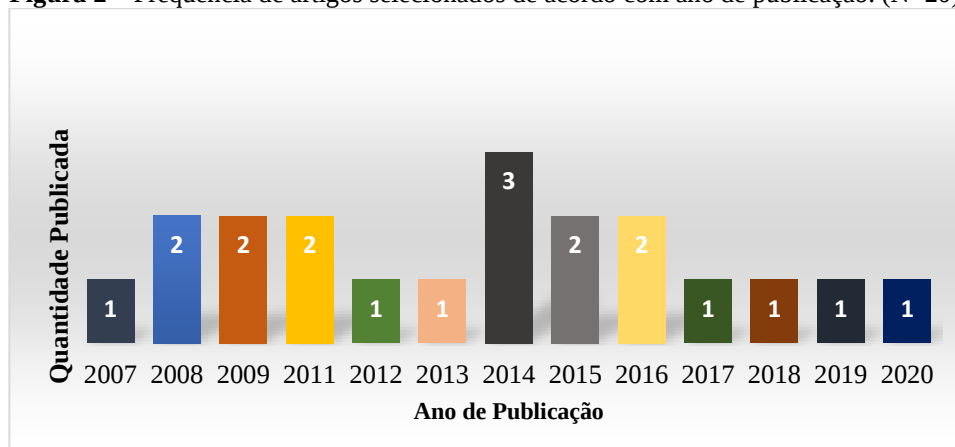
Periódico	Ano de Publicação	Quantidade	%
Ambiente & Água	2016	1	5%
Ambiente & sociedade	2007/2008/2011/2012	4	20%
Caderno CRH	2016	1	5%
Ciência Florestal	2019	1	5%
Economía, sociedad y territorio	2020	1	5%
Opinião Pública	2015	1	5%
Revista Brasileira de Política Internacional	2014	1	5%
Revista de Administração Pública	2014	1	5%
Revista de Ciências Sociais	2018	1	5%
Revista de sociologia e política	2013	1	5%
Revista HOLOS	2017	1	5%
Revista Metropolitana de Sustentabilidade	2015	1	5%
SOBER	2008	1	5%
Sociedade e Estado	2009/2009/2014	3	15%
Tempo social	2011	1	5%
Total		20	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

A segunda constatação é que os estudos, sobre a temática, se concentraram principalmente em quatro fontes, sendo elas: Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS, Banco de dados da Scielo, Holos, Revista Metropolitana de Sustentabilidade – RMS, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER.

Dentre as principais razões para esse fenômeno é a classificação do periódico atribuído pela plataforma CAPES. A Figura 2 apresenta a análise qualitativa dos periódicos organizando-os de acordo com a quantidade de artigos resultados da revisão.

Figura 2 – Frequência de artigos selecionados de acordo com ano de publicação. (N=20)



Fonte: Dados da Pesquisa.

A partir dos resultados da revisão foi possível analisar como estão os estudos científicos sobre a Governança para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia brasileira. Os achados da pesquisa elencam 20 (vinte) formas diferentes de aplicações realizadas sobre tema destacando os principais potenciais impactos como fundamental contribuição científica na evolução da temática.

Com isso, elaborou-se a Tabela 1 que com o título do estudo, autor e ano da publicação no respectivo periódico, a aplicação sugerida e os impactos potenciais com a integração da governança para alcançar o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Ao analisar os potenciais impactos dos artigos revisados, verificou-se o fundamental papel do Estado brasileiro em nível municipal, estadual e federal conforme aponta Dallabrida (2011) corroborados por Barros (2015) Vale *et al.* (2019), com papel de regular as relações dos agentes que integram e se relacionam o contexto amazônico.

Outro ponto que merece ênfase é quanto o posicionamento político partidário dos tomadores de decisão, Barros (2015) participação da comunidade regional para o processo de formulação das políticas públicas Machado (2009), visto que esses agentes conhecem a necessidades e fragilidades regionais, outro aspecto advindo dessa integração e organização é quanto a redução do poder exercido pela elite, Machado (2009) e o favorecimento no processo de aprendizagem dos grupos para superação de dificuldades a partir de uma estratégia coletiva (XIMENES, 2008).

Quadro 2 – Identificação e descrição do conteúdo do artigo

Artigo	Autor(es)/Ano	Periódico
DESFLORESTAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: ação coletiva, governança e governabilidade em área de fronteira	Machado (2009)	Sociedade e Estado
A modernização ecológica conquistando hegemonia nos discursos ambientais: o caso da Zona Franca de Manaus	Brianezi e Sorrentino (2012)	Ambiente & Sociedade
Sustentabilidade municipal no contexto de uma política pública de controle do desmatamento no Pará	Vale, Toledo, Vieira e Júnior (2019)	Economía, sociedad y territorio
Governança ambiental no Brasil: ecos do passado	Câmara (2013)	Revista de sociologia e política
Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde	Barros (2015)	Opinião Pública

As vias de integração da mobilização social no campo político	Teisserenc (2016)	Caderno CRH
Expansão urbana da Região Metropolitana de Belém sob a ótica de um sistema de índices de sustentabilidade	Pereira e Vieira (2016)	Ambiente & Água
Capital social, redes sociais e inovações produtivas	Ximenes (2008)	Ambiente & Sociedade
Governança de recursos comuns: bacias hidrográficas transfronteiriças	Souza, Veloso, Santos e Caeiro (2014)	Revista Brasileira de Política Internacional
Inovação de valor como instrumento de desenvolvimento do agronegócio na Amazônia oriental	Castro, Tourinho e Gollo (2008)	SOBER
Gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: elementos para um programa nacional	Seixas e Thé (2011)	Ambiente & Sociedade
Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais	Pereira (2011)	Tempo social
A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local	Fonseca e Bursztyn (2009)	Sociedade e Estado
Gestão florestal no estado do Amazonas em tempos de pós-descentralização	Rocha e Silva (2019)	Ciência Florestal
Estruturas De Governança na Cadeia Produtiva Da Castanha-da-Amazônia	Meneguetti, Souza e Filho (2015)	Revista Metropolitana de Sustentabilidade
A Esquerda Verde: Partidos Políticos e Ambientalismo Radical no Brasil	Barros (2018)	Revista de Ciências Sociais
Pluralidade Jurídica: sua importância para a sustentabilidade ambiental em comunidades tradicionais	Trevizan e Leão (2014)	Sociedade e Estado
Inovação na Gestão Pública Subnacional: reflexões sobre a estratégia de desenvolvimento do Acre	Brose (2014)	Revista de Administração Pública
Gestão de recursos hídricos na Amazônia: um panorama da participação da sociedade civil nos espaços deliberativos	Ferreira, Ribeiro, Beltrão, Pontes e Lopes (2017)	Holos
Novas perspectivas para a gestão sustentável da Floresta Amazônica: explorando novos caminhos	Ros-Tonen (2007)	Ambiente & sociedade

Fonte: Dados da Pesquisa.

OS 20 (vinte) estudos analisados consistem em diferentes aplicações com potenciais impactos ao se trabalhar a governança para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Para maior visibilidade dos dados analisados, as principais palavras foram utilizadas na construção de dois gráficos, representados no Quadro 2, onde a palavra “Gestão” aparece em evidência tanto aplicação sugeridas quanto no potenciais impactos resultantes da combinação temática, contudo, tem os autores chamando atenção para o discurso e influência política para a sustentabilidade na Amazônia (MACHADO, 2009; BRIANEZI E SORRENTINO, 2012; VALE, TOLEDO, VIEIRA E JÚNIOR, 2019; CAMARA, 2013; BARROS, 2015).

Dentre as aplicações sugeridas, Teisserenc (2016) atenta-se a questão das relações sociais das comunidades amazônicas, sobretudo, das comunidades locais, esse autor coloca que para essas comunidades avançarem no desenvolvimento econômico e social é necessário a atuação governamental, mas voltadas ao sentido de integralizá-las, o que por sua vez é corroborado pelos estudos de Ximenes (2008) que afirma sobre a necessidade organizar essas comunidades, treiná-las de maneira que possam estar preparados a inovações tecnológicas que potencializam suas produções locais. Nesse sentido, um dos pontos seria partir de um diagnóstico de necessidades, Pereira e Vieira (2016) analisaram os níveis de sustentabilidade na perspectiva

municipal e verificaram que há necessidade de fortalecer a participação político-regional para com essas comunidades.

Souza *et al.* (2014) utilizam uma estrutura de Governança no processo de gestão de recursos comuns e evidenciaram que quanto o maior for a convergência entre as normas institucionais adotadas localmente também será maior o grau de inovação, aumentando a cooperação entre os agentes na medida em que surgem instituições que contribuam para a manutenção dessa governança, ou seja, caracteriza a relação sistêmica apontada por Castro *et al.* (2008), onde o autor coloca que qualquer proposta de intervenção no desenvolvimento regional deve considerar uma “visão sistêmica, processos de aprendizagem organizacional e gestão de equipes de alto desempenho” com vistas a reduzir a complexidade das informações retroalimentadas no sistema como por exemplo, a pluralidade jurídica que é tão vasta para lidar com a Amazônia (TREVIZAN; LEÃO, 2014).

A análise dos estudos aponta que a Governança constitui elemento essencial para lidar com a complexidade amazônica, entretanto, assim como a própria Amazônia, os conceitos de Governança são heterogêneos e apresentam uma diversidade de aplicações sugeridas na literatura, entretanto, nota-se convergência entre os autores quando o assunto é a sustentabilidade Ros-Tonen (2007) coloca que é necessário buscar novas maneiras de gestão florestal, sob uma estrutura descentralizada, democrática da governança florestal que se preocupe com a perda global e também com os meios de vida da população local, reafirmando também o que coloca Brose (2014) quanto a continuidade dos estudos sobre Governança, refletindo sobre o contexto social, político, econômico e também sobre a gestão desse conhecimento para potencializar operações mais sustentáveis, otimizando recursos, reduzindo perdas e potencializando inovações advindas do processo contínuo de aprendizagem.

A heterogeneidade da governança é capaz de se adaptar as diferentes complexidades regionais estudadas, sendo o desafio organizar planejadamente as relações sociais, que por sua vez operam direta e indiretamente sob um viés econômico que quando é considerado como principal objetivo tende a desconsiderar o ambiente, ou seja, limitação dos recursos, causando um desequilíbrio no sistema, o que por sua vez compromete a disponibilidade desses recursos às gerações futuras, compromete o clima favorecendo o efeito estufa dentre outros impactos não mensurados no presente momento mas sofridos de maneira futura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo discutiu a Governança para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia como campo de estudos, pesquisas e sua evolução a partir das publicações em 05 (cinco) banco de dados de periódicos brasileiros, encontrado na busca realizada na plataforma CAPES, no período de janeiro de 2003 a junho de 2021.

As interações entre os agentes no contexto amazônico apresentam grande complexidade, assim como é o caso do próprio bioma, que possui uma diversidade em formas de estrutura comunitária, estados, cidades e países. O estudo da relação entre esses agentes permite trazer luz ao desconhecido, não mensurado e sobretudo não considerado por diversos tomadores de decisão que direta e indiretamente fazem parte do sistema.

Os avanços da comunidade científica são demasiadamente importantes para o processo de transferência do conhecimento aos *stakeholders* que passam a apropriarem-se dos novos achados científicos para as suas operações no cotidiano, portanto, influenciando o funcionalismo público e privado dentro das relações sociais que por sua vez, operam no ambiente amazônico.

Dessa forma, verifica-se ainda que o avanço da comunidade constitui um dos alicerces para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira e que o avanço no conhecimento

da Governança para o Desenvolvimento Sustentável é fundamental e importante na composição estratégica a considerar os aspectos ambientais, econômicos e sociais. E dessa maneira, contribuir para a difusão da temática com vistas a diminuir os impactos causados ao bioma Amazônia, motivo pelo qual este estudo sugere quanto a necessidade de melhorar a comunicação dos resultados dos estudos científicos para a sustentabilidade na Amazônia.

6 REFERÊNCIAS

- ARIMA, E.Y.; Barreto, P.; Araujo, E.; Soares-Filho, B. **Public policies can reduce tropical deforestation: Lessons and challenges from Brazil.** *Land Use Policy*, 41, 465–473, 2014.
- ARMITAGE, D. R. Adaptive Co-management for Social-ecological Complexity. **Frontiers in Ecology and the Environment**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 95–102. DOI: 10.1890/070089, 2009.
- BARROS, Antonio Teixeira de. Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. **Opinião Pública**, v. 21, p. 693-733, 2015.
- BARROS, Antonio Teixeira de. A esquerda verde: partidos políticos e ambientalismo radical no Brasil. **Dados**, v. 61, p. 503-540, 2018.
- BRIANEZI, Thaís; SORRENTINO, Marcos. A modernização ecológica conquistando hegemonia nos discursos ambientais: o caso da Zona Franca de Manaus. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, p. 51-71, 2012.
- BROSE, Markus Erwin. Inovação na gestão pública subnacional: reflexões sobre a estratégia de desenvolvimento do Acre. *Revista de Administração Pública*, v. 48, p. 277-294, 2014.
- CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de sociologia e política**, v. 21, p. 125-146, 2013.
- CASTRO, Alberto William Viana de; TOURINHO, Manoel Malheiros; GOLLO, Silvana Saionara. **Inovação De Valor Como Instrumento De Desenvolvimento Do Agronegócio Na Amazônia Oriental.** 2008.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Economia, Cultura e Desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 2, 2011.
- DE SOUZA, Matilde et al. Governança de recursos comuns: bacias hidrográficas transfronteiriças. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 152-175, 2014.
- FERREIRA, Fernanda Neves et al. Gestão de recursos hídricos na Amazônia: um panorama da participação da sociedade civil nos espaços deliberativos. **HOLOS**, v. 8, p. 336-351, 2017
- FONSECA, Igor Ferraz da; BURSZTYN, Marcel. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 17-46, 2009.
- FUCHS, Christian. Critical Social Theory and Sustainable Development: The Role of Class, Capitalism and Domination in a Dialectical Analysis of Un/Sustainability. **Sustainable Development**, [S. l.], v. 25, n. 5, p. 443–458, 2017. DOI: 10.1002/sd.1673, 2017.
- GONÇALVES, Alcindo Fernandes. Regimes internacionais como ações da governança global. **Meridiano 47**, v. 12, n. 125, p. 46, 2011.
- GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. **XIV Encontro do Conpedi**, v. 16, 2005.
- MACHADO, Luciana de Oliveira Rosa. Desflorestamento na Amazônia brasileira: ação coletiva, governança e governabilidade em área de fronteira. **Sociedade e Estado**, v. 24, p. 115-147, 2009.
- MENEGUETTI, Naila Fernanda Sbsczk Pereira; DE SOUZA, Mariluce Paes; DE SOUZA FILHO, Theophilo Alves. Estruturas de governança na cadeia produtiva da Castanha da Amazônia. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, v. 5, n. 3, p. 26-43, 2015.
- MOHER, D. et al. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a

recomendação PRISMA. Tradução Taís Freire Galvão, Thais de Souza Andrade Pansani, David Harrad. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, abr./jun. 2015. Tradução de: Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement.

MOONEY, Harold A.; DURAIAPPAH, Anantha; LARIGAUDERIE, Anne. Evolution of natural and social science interactions in global change research programs. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, [S. l.], v. 110, n. SUPPL. 1, p. 3665–3672, 2013. DOI: 10.1073/pnas.1107484110.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais. **Tempo social**, v. 23, p. 235-263, 2011.

PEREIRA, Fabiana da Silva; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Expansão urbana da Região Metropolitana de Belém sob a ótica de um sistema de índices de sustentabilidade. **Revista Ambiente & Água**, v. 11, p. 731-744, 2016.

PIKETTY, Marie Gabrielle; POCCARD-CHAPUIS, René; DRIGO, Isabel; COUDEL, Emilie; PLASSIN, Sophie; LAURENT, François; THÂLES, Marcelo. Multi-level Governance of land use changes in the Brazilian Amazon: Lessons from Paragominas, State of Pará. **Forests**, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 1516–1536, 2015. DOI: 10.3390/f6051516.

RASCHE, Andreas. “A Necessary Supplement”. **Business & Society**, [S. l.], v. 48, n. December, p. 511–537, 2009.

ROCHA, José das Dores de Sá; SILVA, José de Arimatéa. Gestão florestal no estado do Amazonas em tempos de pós-descentralização. **Ciência Florestal**, v. 29, p. 1579-1591, 2019.

ROS-TONEN, Mirjam. Novas perspectivas para a gestão sustentável da floresta amazônica: explorando novos caminhos. **Ambiente & sociedade**, v. 10, p. 11-25, 2007.

SEIXAS, Cristiana S. et al. Gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: elementos para um programa nacional. **Ambiente & Sociedade**, v. 14, p. 23-44, 2011.

SILVA, LJS; MIRANDA, TNO; MONTEIRO, R; Resistências e mobilizações das comunidades no Pará: entre novos e velhos discursos sobre modelos de desenvolvimento na Amazônia. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, [S. l.], v. 2, n. Jul/Dez, p. 125–149, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/445>>. Acesso em 17 ago. 2021.

TEISSERENC, Pierre. As vias de integração da mobilização social no campo político. **Caderno CRH**, v. 29, p. 243-259, 2016.

TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo; LEÃO, Beliny Magalhães. Pluralidade jurídica: sua importância para a sustentabilidade ambiental em comunidades tradicionais. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 539-560, 2014.

VALE, Francinelli Angeli Francisco do.; TOLEDO, Peter Mann De.; VIEIRA, Ima Célia Guimarães.; SANTOS JUNIOR, Roberto Araújo Oliveira. Sustentabilidade municipal no contexto de uma política pública de controle do desmatamento no Pará. **Economía, sociedad y territorio**, v. 20, n. 62, p. 685-717, 2020.

WOOD, THOMAZ JR.; MORAIS, Dafne O. C. Grandes Obras na Amazônia: Engajando Atores Sociais para Promover o Desenvolvimento Sustentável. **Journal of Contemporary Administration**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 181–196, 2020.

XIMENES, Tereza. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, p. 389-404, 2008.